

LUGARES DE FALA

ROTAS DA ESCRAVIDÃO DA

MULHER NEGRA BRASILEIRA

Cláudia Aparecida Carneiro e Maria Elizabeth Mori

O racismo produz sofrimento psíquico. A mulher negra sofre uma dupla opressão: por ser negra em uma sociedade racista e por ser mulher em uma sociedade machista, que discrimina mulheres. Propomos pensar a questão do racismo e as implicações psíquicas da posição que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira. E refletir sobre resistências e dificuldades por parte dos psicanalistas de entrarem em contato com a dimensão psíquica do racismo.

Tomamos ideias psicanalíticas sobre as significações do corpo negro e recorreremos ao conceito de *lugar de fala*, emprestado do feminismo negro e outros movimentos sociais, para discutir a invisibilidade a que as mulheres negras foram submetidas historicamente, por um sistema escravagista dominante, que as impediu de serem reconhecidas como sujeitos.

Ao discutir o lugar de fala dessas mulheres, pensamos sobre a capacidade de escuta do psicanalista, implicado em seu próprio lugar de fala, para reconhecer nesse outro um sujeito único, sim, mas constituído a partir de suas experiências subjetivas em sua localização social – atravessado pelas experiências relacionadas a raça, classe, gênero, sexualidade.

Sabemos que o inconsciente não tem cor. Mas a cor da pele negra está representada no psiquismo como um significante fortemente associado a aspectos históricos, políticos, econômicos – um “apartheid psíquico”, como descreveu Isildinha Baptista Nogueira. No livro *O racismo e o negro no Brasil - questões para a psicanálise* (São Paulo: Perspectiva, 2017), Isildinha, psicanalista negra e estudiosa

das questões raciais nas práticas *psi*, dá a ideia do que é o *lugar de fala*:

– Nós, os negros, vivemos uma segregação silenciosa, o que durante muito tempo funcionou como se tivéssemos um sentimento persecutório, uma vez que o preconceito era negado. (...) Isso vem mudando, já que parece existir uma disposição maior da comunidade científica e da sociedade de expor a crueldade de um sistema que se diz “não racista”, mas que ainda conserva e mantém atitudes racistas. O negro pode ser consciente de sua condição, das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade socio-cultural do racismo deixou inscritas em sua psique – afirma.

Ou seja: as condições socioeconômicas e a ideologia moldam as estruturas psíquicas de homens e mulheres. Estas estruturas psíquicas são *contaminadas* pelas condições objetivas (realidade externa) assimiladas e introjetadas na psique. No processo de identificação, a pessoa assimila parte mais ou menos importante de sua personalidade de um outro, amado e/ou odiado. Como ensinou Freud em 1921, o sujeito se identifica com um traço do objeto, que se repete ao longo de sua história e o representa.

Em sua tese de doutorado “Significações do Corpo Negro” (USP, 1998), Isildinha investigou a dimensão psíquica do racismo e a forma como a realidade histórico-social determina aos negros arranjos psíquicos peculiares, inscrições que se constituem na infância, nos momentos primeiros da constituição subjetiva. Há, portanto, uma combi-

Sabemos que o inconsciente não tem cor. Mas a cor da pele negra está representada no psiquismo como um significante fortemente associado a aspectos históricos, políticos, econômicos – um “apartheid psíquico”.

nação entre as representações construídas a partir das estruturas socioeconômicas e as configurações do mundo psíquico, definindo a condição do negro. Isso ocorre de modo que nem a consciência desta condição é suficiente para modificá-la, pois, como explica Isildinha, “os sentidos do racismo, inscritos na psique, permanecem não elaborados”.

Rotas da escravidão e racismo no Brasil

Compreender essa *contaminação* do psiquismo por condições objetivas nos recoloca no fio da história a examinar os aspectos socioeconômicos e ideológicos da nossa cultura brasileira. Os negros chegaram ao Brasil, na segunda metade do século XVI, transportados para trabalho escravo nas fazendas, vindos de várias regiões do continente africano. Com línguas, culturas, tradições e religiões diversas que dificultavam a comunicação, foram submetidos à escravidão num meio geográfico e cultural desconhecido, destituídos de sua condição humana pela brutalização dos cativos. Perderam suas identidades originais e, na nova existência e formas de resistência, uma nova identidade negra se constituiu.

A promulgação da Lei Áurea em 1888 não os libertou da condição de escravos, pois não os inseriu na sociedade. Substituídos pelos imigrantes europeus, os negros não tinham remuneração para seu autossustento, o que os levou ao trabalho doméstico em troca de comida e algum teto. Impedidos de desfrutar de qualquer benefício social, foram relegados a um “não-lugar social”, marginalizados e marcados pela cor que os diferenciava.

No documentário *A última abolição*, da diretora Alice Gomes (2018), a história do Brasil, último país ocidental a abolir a escravidão, é mostrada pelo vértice dos movimentos abolicionistas, a resistência escrava e o protagonismo do povo negro na luta por sua liberação. O documentário destaca o papel das mulheres negras na resistência: no cotidiano das cidades, eram as mulheres que lutavam pela abolição, como revelam documentos públicos, ocorrências policiais, ações de pedido de alforria etc. Cerca de 800 mil pessoas foram oficialmente “beneficiadas” pela Lei Áurea. Mas sem trabalho e sem liberdade (curandeirismo, capoeira, mendicância eram consi-

derados crimes, vadiagem era delito), negras e negros foram abandonados pelo Estado e continuavam presos a esse destino.

A filósofa Sueli Carneiro afirma no documentário que o abandono se constituiu em uma política de genocídio que impera até hoje: – O mito da democracia racial no Brasil é uma falácia e uma ideologia que serviu para amortecer a realidade cruel imputada às negras e negros.

O racismo à brasileira é confirmado também nos índices demográficos: negras e negros representam 55% da população brasileira (IBGE, 2017), sendo identificados, além da cor, pelas péssimas condições de moradia, saúde e escolaridade. As mulheres negras são as mais afetadas: chefiam 41% das famílias negras e recebem, em média, 58% da renda das mulheres brancas. O Brasil mata 71% mais mulheres negras do que brancas. Nos últimos 15 anos, o assassinato de brancas vem caindo e o de negras só cresceu (IPEA, 2018).

As mulheres negras também são as maiores vítimas de violência doméstica, obstétrica e mortalidade materna. A CPI da esterilização criada no Congresso Nacional em 1991 constatou que mulheres negras eram esterilizadas forçadamente em serviços de saúde. Tinham seus corpos mutilados, à mercê da vontade do outro.

As políticas públicas de combate à violência contra mulheres atingem somente as brancas. As mulheres negras vivem uma invisibilidade até mesmo para o movimento feminista, quando este universaliza a questão da desigualdade de mulheres em relação aos homens. É preciso nomear que negras estão num lugar de maior vulnerabilidade social do que “mulheres em geral”. Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, dá um exemplo da exclusão das mulheres negras: quando ouvimos que “mulheres ganham em média 30% a menos do que os homens no Brasil”, a informação é correta, mas revela um problema ético: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos.

O *lugar de fala* da mulher negra nos aponta um não-olhar que, sobretudo, nega a realidade subjetiva dessas mulheres. Simone de Beauvoir nomeou a categoria do *outro* no livro *O segundo sexo* (1949) para afirmar que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao

homem. A escritora Grada Kilomba, ativista no feminismo negro, aprofunda essa análise afirmando que as mulheres negras se encontram na categoria de *o outro do outro* – e nunca de si mesmas – por não serem nem brancas, nem homens. É a antítese da branquitude e da masculinidade.

A imagem e as significações do corpo negro

O lugar de *outro* do sujeito implica pensar a dimensão do corpo negro no sistema simbólico da cultura. Valores sociais são fixados no corpo negro. Representações históricas associam atributos morais e intelectuais às suas características físicas. Uma rede de significações atribui ao corpo negro algo indesejável, negativo, por contraste ao corpo branco. O paradigma é eurocêntrico, a cor negra é o *Outro* da brancura.

Qual o efeito no psiquismo destas marcas socioculturais do racismo? De que maneira afetam a constituição subjetiva pela não elaboração do traumático social? A perspectiva lacaniana de constituição do sujeito nos dá uma direção: o *Eu* é uma construção imaginária a partir da qual o sujeito se objetiva para si mesmo. A criança se desprende da relação dual com a mãe e deixa de ser um só ser com essa, para então se perceber como um outro, um *Eu* em relação à mãe e aos outros. Ela se identifica com sua imagem especular pelo reconhecimento da mãe: é o olhar do outro que confirma a realidade do seu corpo na imagem do espelho.

Isildinha nos provoca indagando: se o sujeito se constitui pelo olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro que reconhece nele o significado que a pele negra traz como significante? Que olhar é este? Aquele da herança escravagista, que atribuía a negras e negros o lugar “natural” de mão-de-obra escrava, com condições de vida miseráveis, sujeitos preguiçosos e vagabundos, seres inferiores e selvagens?

Se o corpo negro é atravessado por representações depreciativas, quais as implicações na construção da imagem desse corpo? Françoise Dolto faz uma distinção entre imagem corporal, única e sustentada no narcisismo, e esquema corporal, condição de representante da espécie do indivíduo. Até que ponto seria possível para o negro a construção de

uma imagem do corpo com um sentimento de pertencimento a uma espécie? O corpo que deveria trazer um sentimento de humanidade é retaliado pela cor da pele, pelos tipos de cabelo, pelas formas que não correspondem ao ideal de brancura.

A invisibilidade da mulher negra e o lugar de fala

As marcas psíquicas da realidade sociocultural do racismo e as significações do corpo negro afetam a constituição subjetiva das mulheres negras, duplamente marcadas pela falta – *nem brancas, nem homens*. Lugar de sujeito duplamente negado, resta-lhes a invisibilidade de sua realidade.

Grada Kilomba, em sua bela produção *Plantation Memories: episodes of everyday racism* (2012), afirma que as mulheres negras foram colocadas nesta condição em vários discursos que deturpam nossa realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde raça não tem lugar. Invisíveis, as mulheres negras habitam um espaço vazio.

O lugar de fala pode, então, servir de contraponto às pessoas que sofrem preconceito racial para falarem por si, reivindicarem seu espaço como protagonistas da própria luta. Uma mulher negra vai ter experiências distintas de uma mulher branca em função de sua localização social. A discussão que se coloca à psicanálise é a questão estrutural, atravessada pela “localização” social e cultural dessas mulheres, não a reduzindo exclusivamente à experiência individual. Seria manter uma visão binocular (Bion) nas vivências íntimas do sujeito e na experiência como ser que sofre a opressão racista por pertencer a tal lugar social (*mulher e negra*).

Um exemplo sem dúvida vivenciado por psicanalistas são as produções intelectuais de grupos cujo lugar social dificulta a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Quantas professoras e professores negros tivemos, quantas autoras e autores negros lemos na graduação? Quantas pessoas negras já se deitaram em nossos divãs ou frequentaram nossos consultórios? Quantos colegas negros e negras contamos em nossa formação psicanalítica?

O lugar de fala pode, então, servir de contraponto às pessoas que sofrem preconceito racial para falarem por si, reivindicarem seu espaço como protagonistas da própria luta.

De qual lugar o analista fala e escuta?

A experiência da psicanalista Maria Lúcia da Silva, especialista em trabalhos em grupo com recorte de gênero e raça, a leva a afirmar que na psicanálise não há um reconhecimento de que o racismo produz sofrimento psíquico. Em seu trabalho “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros” (2017), observa em seus grupos que quando uma pessoa negra num consultório de um psicanalista branco traz o tema do racismo e de seu sofrimento, esse tema não é reconhecido, nem tratado como merece ser.

Nós psicanalistas falamos e escutamos de qual lugar? Da experiência íntima de uma branquitude, uma negritude? Existe a neutralidade? Aquele que escuta pode ser empático ao outro, mas não pode sentir a experiência de quem sofre o preconceito, encarnado no próprio corpo, essa dor de ordem narcísica. O analista que não viveu as dores do racismo, pode não as compreender e não dar a elas a atenção necessária. É preciso reconhecer a existência do racismo estrutural, naturalizado, na dimensão de nosso próprio inconsciente.

Considerando a *verdade em psicanálise* como aquilo que Freud buscou alcançar no tratamento psicanalítico como condição necessária para a mudança psíquica, a psicanálise deve favorecer ao sujeito que lhe seja possível nomear seu sofrimento oriundo de sua conformação a um discurso hegemônico, cujas significações o excluem.

O lugar de fala e de escuta do psicanalista, para corresponder à verdade em psicanálise, deve levar em conta os fatores identitários do paciente negro: sua história, sua cultura, seu grupo, sua singularidade. A escuta do analista implica não “universalizar” o sujeito do inconsciente, mas considerar um sujeito em sua singularidade, constituído a partir de suas experiências subjetivas, relacionadas também à raça, classe, gênero, sexualidade.

Dando a palavra a Virgínia Bicudo

É preciso levar em consideração, na clínica, as questões raciais trazidas pelos pacientes. Como psicanalistas, nossa referência maior nessa reflexão é a pioneira Virgínia Leone

Bicudo (1910-2003). Mulher, negra, neta de escrava alforriada, primeira mulher a fazer análise na América Latina, primeira psicanalista não-médica no Brasil, primeira a escrever uma tese sobre relações raciais, disseminou o saber psicanalítico no país, mas seu protagonismo e sua história permanece invisível para muitos. Vamos dar palavra à própria Virgínia:

– Eu me interessei muito cedo por esse lado social. Não foi por acaso que procurei psicanálise e sociologia. Veja bem o que fiz: eu fui buscar defesas científicas para o íntimo, o psíquico, para conciliar a pessoa de dentro com a de fora. Fui procurar na sociologia a explicação para questões de status social. E, na psicanálise, proteção para a expectativa de rejeição. Essa é a história – disse Virgínia em entrevista à jornalista Ana Verônica Mautner da Folha de S. Paulo, em 2000.

No seu estudo da questão racial, Virgínia fez uma leitura não só psicanalítica, mas também antropológica e sociopolítica. Conforme nos conta Ana Paula Musatti Braga na *Revista Lacuna* (SP, 2018), Virgínia entrevistou 31 pessoas e mostrou que, mesmo quando diminuem as diferenças sociais, o preconceito da cor permanece e adocece o sujeito. Um adoecer psíquico mais eficiente do que o próprio preconceito e a discriminação.

* Esse texto é uma versão reduzida do trabalho apresentado no IV Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa, em Cabo Verde, em novembro de 2018, sobre o tema “Rotas da Escravidão”.



Cláudia Aparecida Carneiro e Maria Elizabeth Mori são membros associados da Sociedade de Psicanálise de Brasília.